



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AgInt nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1607244 - RS
(2019/0317808-1)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI

AGRAVANTE : UNIMED - COOPERATIVA DE SERVICOS DE SAUDE DOS VALES DO
TAQUARI E RIO PARDO LTDA.

ADVOGADOS : MARCO TÚLIO DE ROSE - RS009551
CÁSSIO AUGUSTO VIONE DA ROSA - RS050660
MARIANA COSTA GHIZI - RS111132

AGRAVADO : LUCIMAR VITAL DE ALBUQUERQUE NEDWED - SUCESSÃO

ADVOGADO : RICARDO BASTOS - RS0055076

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

1. Ação de obrigação de fazer, decorrente de recusa do plano de saúde em fornecer medicamento prescrito pelo médico responsável pelo tratamento.
2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.
3. É abusiva a exclusão do custeio de medicamento prescrito pelo médico responsável pelo tratamento do beneficiário, ainda que ministrado em ambiente domiciliar. Precedentes. Súmula 568/STJ.
4. Torno sem efeito a decisão de fls. 679/680 (e-STJ). Agravo conhecido. Recurso especial conhecido e desprovido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno contra decisão da Presidência do STJ, de fls. 679/680 que não conheceu do agravo em recurso especial, em razão da incidência da súmula 182/STJ.

Em face das razões de e-STJ fls. 700/703, torno sem efeito a decisão e passo a novo exame do agravo em recurso especial interposto por UNIMED - COOPERATIVA DE SERVICOS DE SAUDE DOS VALES DO TAQUARI E RIO PARDO LTDA., contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 16/09/2019.

Concluso ao gabinete em: 20/03/2020.

Ação: de obrigação de fazer ajuizada por LUCIMAR VITAL DE ALBUQUERQUE NEDWED em face da agravante, visando a cobertura de tratamento médico de doença coberta pelo contrato de plano de saúde.

Sentença: julgou procedente a demanda para determinar à agravante que custeasse o fornecimento do remédio NEXAVAR para tratamento oncológico.

Acórdão: negou provimento ao recurso da agravante, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. PLANO DE SAÚDE. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO QUIMIOTERÁPICO. TRATAMENTO EXPERIMENTAL. COBERTURA DEVIDA.

1.Os planos ou seguros de saúde estão submetidos às disposições do Código de Defesa do Consumidor, enquanto relação de consumo atinente ao mercado de prestação de serviços médicos. Isto é o que se extrai da interpretação literal do art. 35 da Lei 9.656/98. Súmula n. 469 do STJ.

2.Aplicáveis ao caso em exame as exigências mínimas previstas no plano -referência de que tratam os artigos 10 e 12 da legislação dos planos de saúde. O tratamento postulado pela parte autora não consta nas hipóteses de exclusão do artigo 10 da Lei nº.9.656/98.

3.Não cabe à demandada determinar o tipo de tratamento que será realizado pela parte autora, uma vez que esta decisão cabe ao médico que a acompanha, que no caso indicou o tratamento com o medicamento referido por ser o mais adequado às condições do demandante.

4.Descabida e injustificada a negativa de cobertura sob a alegação de que se trata de tratamento experimental, pois o que importa para a solução do litígio é a existência de cobertura securitária para a patologia apresentada, e não o fármaco necessário ou a forma como o tratamento deverá ser ministrado.

5.Os honorários advocatícios deverão ser majorados quando a parte recorrente não lograr êxito neste grau de jurisdição, independente de pedido a esse respeito, de acordo com os limites fixados em lei. Inteligência do art. 85 e seus parágrafos do novel CPC. Negado provimento ao apelo.

Embargos de Declaração: opostos pela agravante, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 1022 e 489 do CPC, 10, I, da lei 9.656/98, bem como dissídio jurisprudencial. Além de negativa de prestação

jurisdicional, sustenta que o medicamento que se visou o fornecimento não é de cobertura obrigatória por referir-se a tratamento experimental.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da violação do art. 1.022 do CPC/2015

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.

A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente acerca da cobertura para o medicamento pretendido, pois devidamente prescrito pelo médico que assistiu o paciente, de maneira que os embargos de declaração opostos pela parte agravante, de fato, não comportavam acolhimento.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/15, incidindo, quanto ao ponto a Súmula 568/STJ.

- Da cobertura de medicamentos. Súmula 568/STJ

Este Superior Tribunal de Justiça entende que é abusiva a exclusão do custeio de medicamento prescrito pelo médico responsável pelo tratamento do Beneficiário, ainda que ministrado em ambiente domiciliar, bem como que a operadora de plano de saúde não está autorizada a interferir na atuação médica para se negar ao fornecimento de tratamento ao paciente enfermo, sob o pretexto de que não possui adequação com as indicações descritas na bula (uso off-label). Nesse sentido: AgInt no AREsp 1097679/SP, 3ª Turma, DJe de 23/02/2018; AgInt no AREsp 1064435/GO, 4ª Turma, DJe de 23/11/2017; REsp 1721705/SP, 3ª Turma, DJe de 06/09/2018.

Na hipótese, o Tribunal de origem, decidiu que, quanto ao medicamento "Nexavar", a agravante deveria custear seu fornecimento para tratamento oncológico, ante a demonstração médica da necessidade do fármaco.

Assim, não merece reforma o acórdão recorrido.

Forte nessas razões, torno sem efeito a decisão de fls. 679/680 e CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, "a", do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 5% sobre o valor da causa (e-STJ fls. 508) para 10%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora